

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE HISTÓRIA**

JOSÉ DE ALENCAR E A IDÉIA DE BRASIL

TAYENE RESENDE

PROF^a. DR^a. MARIA INÊS MALTA CASTRO (ORIENT.)

**BRASÍLIA
1º SEMESTRE DE 2006**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE HISTÓRIA

JOSÉ DE ALENCAR E A IDÉIA DE BRASIL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELO UNICEUB

TAYENE RESENDE
BRASÍLIA, 2006

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	01
APRESENTAÇÃO	02
CAPÍTULO 1. O ROMANTISMO E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL	07
1.1. ORIGENS DO ROMANTISMO	07
1.2. O ROMANTISMO NO BRASIL	11
CAPÍTULO 2. JOSÉ DE ALENCAR E A INSERÇÃO NO ROMANTISMO	21
CAPÍTULO 3. O GUARANI	24
3.1 O MESTIÇO BRASILEIRO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
BIBLIOGRAFIA	38

[

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida, que com seu incomensurável amor, permitiu a conclusão do curso e, tenho certeza, que no decorrer desse concedeu-me o dom da sabedoria e da inteligência para alcançar mais essa vitória.

Especialmente aos meus pais Sônia e Elci que, com amor, carinho, incentivo, compreensão e dedicação, muito me ajudaram, pois sem apoio e confiança deles nada disso, em absoluto, teria se concretizado.

Gostaria igualmente de agradecer a minha irmã Grace Kelly e meu avô Adalcides, pela compreensão e carinho na minha jornada acadêmica. E a toda minha família que, direta ou indiretamente, contribuiu para o término do curso.

A Marcelo Moraes de Souza, que me acompanhou durante todo o curso, pelo incentivo sempre constante para continuar meu desenvolvimento acadêmico e, fundamentalmente, pela enorme confiança, amor e entusiasmo com que me acompanhou. Obrigada pela sua valorosa ajuda.

A todas as amigas conquistadas durante o curso, em especial, Ana Carolina e Mahyra que me incentivaram e certamente contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho final. Ao Bruno, meu muito obrigado por ter me incentivado a fazer esse maravilhoso e apaixonante curso.

Agradeço a minha orientadora exclusiva, doutora, Maria Inês Malta Castro que me despertou a vontade de pesquisar outras vertentes da História. Certamente esse trabalho foi melhor desenvolvido porque pude contar com o apoio e a confiança dela. Seu padrão de excelência e sua extrema competência foram decisivos para a elaboração e finalização desta monografia.

Ufa, a todos muito obrigada!

APRESENTAÇÃO

Esta monografia tem como foco central o estudo da obra *O guarani*, de José de Alencar, discutindo questões relativas à origem de uma *idéia de Brasil* na literatura produzida na primeira metade do século XIX. Essa foi uma questão bastante discutida entre os intelectuais do novecentos, formadores da primeira fase literária romântica brasileira, e revela-se importante para a compreensão da constituição do Estado Nacional brasileiro.

José de Alencar, por compor a primeira fase do Romantismo, foi escolhido pelo fato de representar um importante escritor brasileiro dedicado a, através de seus livros, delinear a nação brasileira em suas origens e com suas riquezas naturais.

O estudo da literatura como fonte histórica mostra que existe uma diluição das fronteiras disciplinares na academia acarretando, assim, um enriquecimento para as ciências humanas e sociais. Na busca da compreensão do passado, os pesquisadores das áreas históricas e literárias estão falando a mesma língua. Mas essa análise precisa ser sedimentada pelos estudos históricos, pois a literatura não é geografia, ou seja, não se podem ler paisagens ficcionais como se fossem paisagens reais, já que o escritor inventa e simboliza.

Historiadores e literatos têm todas as condições para serem vizinhos, uma vez que ambas as disciplinas dizem respeito a toda a sociedade e a uma gama de comportamentos humanos. A literatura pode ser definida como o conjunto de trabalhos literários de um país ou de uma época. A história pode ser definida como o estudo das sociedades humanas, com ênfase nas diferenças entre elas e nas mudanças verificadas, ao longo do tempo, em cada uma. As duas abordagens são, obviamente, complementares¹.

A literatura é associada a um tipo determinado de escrita, em que há o predomínio da imaginação e o domínio do meio de expressão. Assim sendo, a literatura pode ser considerada como sinônimo da escrita criativa.

A história moderna da palavra literatura começa na segunda metade do século XVIII, época em que houve uma decisiva modificação semântica. Até então, qualquer um que se intitulasse versado em literatura estava apto a responder perguntas e a formular questões de conteúdos variados, pois se pensava que um homem de letras dominava um amplo leque de

¹ Margaret M. Bakos. Negros e índios: história e literatura. In: Moacyr Flores (org.). *Negros e índios: história e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p. 104.

informações². Na segunda metade do século XVIII, e concomitante ao processo de divisão de tarefa no mundo do trabalho, o termo literatura começou, gradativamente, a representar uma porção específica dessa mesma produção, em particular somente os textos impulsionados pela imaginação e pela criatividade. Foi também nesse momento que começou a surgir o que se denomina público leitor. Essa concepção de literatura começou a ser formulada nesse século, mas somente se firmou de uma vez por todas no século XX³.

A construção dos Estados-nações é uma das grandes questões que marcam a história ocidental no século XIX, até aproximadamente 1880, contudo, a noção do que seria uma nação era ainda vaga. O Estado-Nação seria o grande elemento para a definição de uma nação. Fatores como língua, etnia, raízes culturais, entre outras pesariam menos. Mesmo assim, a própria afirmação crescente dos Estados centralizados incentivou as iniciativas que buscavam em tradições mais remotas elementos que fortalecessem os laços e traços comuns de um povo.

No plano cultural, esta situação correspondia aos tempos de predomínio do romantismo, em que nação e história, pela via política bem real de construção ou consolidação dos Estados nacionais, estavam indissolivelmente ligadas. Então, uma das questões centrais que se colocou para os historiadores foi a de encontrar e determinar a singularidade dos povos e nações.

No caso da América Portuguesa, tratava-se de entender as raízes históricas de uma entidade chamada Brasil no momento mesmo de sua fundação. Intimamente identificada com o Estado central que há pouco tinha consolidado o poder sobre o restante do país, a tarefa que se colocava era de produzir uma história fundada nas tradições, que demonstrasse a identidade entre o novo Estado e as raízes nacionais⁴.

Com a formação dos Estados-Nação desenvolveu-se uma literatura voltada para a exaltação da história nacional com todas as suas glórias e seus heróis. Nesse momento despontaram os escritores que escrevem sobre a nação, exaltam a nacionalidade, suas belezas e suas histórias de lutas e conquistas, muitas vezes sendo remunerados para isso, por meios financeiros ou em troca de favores e privilégios. Esse esforço visava à criação de uma unidade simbólica que daria solidez ao princípio da nacionalidade.

² Em *As três culturas*, Wolf Lepernies discute as relações entre literatura e sociedade, ambas “pleiteando” o “direito” de fornecerem “chave da civilização moderna”. São Paulo: Universos, 1996, p. 11.

³ Sobre o assunto ver: João César de Castro Rocha, *O homem de letras* (cordial). In: Mary Del Priore (org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁴ Sobre o assunto ver: Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. pp. 30-31.

O romantismo teve papel relevante nesse processo. A Nação afigura-se ao patriota do século XIX como a idéia-força que tudo vivifica. Floresce a história, a ressurreição do passado e o retorno às origens. Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore. O romantismo foi à culminância da grande afirmação cultural, o momento do advento das nações.

Os Estados-Nação europeus, principalmente a Inglaterra e a França, faziam com que seus intelectuais direcionassem seus esforços para a celebração da nacionalidade, grande parte deles no interior do movimento romântico. A onda nacionalista e romântica européia realizou-se através da valorização da Idade Média, vista como a época gloriosa da formação das nacionalidades, valorizando, assim, os heróis que ajudaram a libertar e constituir o Estado-nação europeu.

O Brasil não se distingue muito do padrão acima mencionado, pois uma parcela significativa dos homens de letras, durante o século XIX, eram funcionários públicos, devido às dificuldades de sobrevivência do intelectual, o que era geralmente resolvido mediante o apoio do imperador D. Pedro II. Logo, os homens letrados se inseriam na corte graças aos serviços que faziam e à sua habilidade de manipular as palavras, sendo capaz de, com isso, atender aos interesses do recém criado Estado Nacional.

Para João César de Castro Rocha a formação social marcada pelo resultado do predomínio da esfera privada e pelo primado das relações pessoais dá origem ao homem cordial. Esses dois fatores transformam a condução do interesses públicos numa forma de favorecimento de grupos familiares ou camadas dominantes.

Segundo o autor, a cordialidade deve ser compreendida menos como sintoma de uma hipotética índole nacional do que como estratégia de sobrevivência, adotada numa sociedade cuja esfera pública sempre se mostrou instável. E sempre se mostrou assim porque, na experiência histórica brasileira, o Estado tem sido menos expressão da coletividade do que instrumento de grupos privados. Desse modo o homem cordial dribla a ineficiência das instituições públicas, dando o predomínio daqueles interesses, mediante um sistema que funciona paralelamente à ordem institucional, com base em contatos pessoais⁵.

Castro Rocha ainda alerta que, no mundo da cordialidade, nenhuma literatura sobreviveria sem as amizades das pessoas influentes, já que o senso crítico era menos importante do que os contatos pessoais e os benefícios daí derivados. Por isso, os autores são muitos estimados, embora, em geral, seus livros sejam pouco lidos, uma vez que a discussão

⁵ João César de Castro Rocha, op.cit., p. 223.

dos textos rapidamente se transforma no chá das cinco horas, na passagem fluente do confronto com as idéias ao contato com as personalidades (pp. 228-9).

Não foi diferente com o romancista José de Alencar que, em 1856, decidiu forçar seu ingresso no mundo das letras da corte imperial através de uma violenta crítica ao poema *A Conferência dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, cuja publicação tinha sido patrocinada pelo imperador Pedro II com a finalidade de estimular a literatura nacional. A crítica levou Alencar a uma autopromoção, pois o próprio imperador interveio nos debates, trocando cartas com o escritor. Depois dos debates José de Alencar publicou *O Guarani*, romance no qual desenvolveu-se boa parte de suas críticas ao poema de Magalhães.

Foi dentro da perspectiva romântica que artistas e intelectuais, através dos sentimentos e valores nacionais, se permitiam a construir uma identidade para o Brasil. Nessa perspectiva, José de Alencar se destaca por defender um estilo “brasileiro” na língua literária. Reivindicando o direito dos brasileiros a uma língua e literatura genuinamente brasileiras e criticando, assim, todos aqueles que pensavam que deveriam escrever tal como escreviam em Portugal.

Na busca de uma literatura com características nacionais os autores e críticos românticos reavaliaram a história e a literatura. Inspirando-se nas formas, teorias e autores românticos europeus, os brasileiros esforçaram-se em exaltar as belezas e riquezas do Brasil e introduziram temas como o índio, a natureza e a formação do povo brasileiro para dentro da literatura do século XIX.

Logo, no plano literário o nacionalismo se manifestou, entre outras coisas, com o desejo de escrever sobre o país. A literatura romântica brasileira nasceu como um fenômeno diretamente relacionado ao ambiente geográfico e social em que florescia. Percebendo o ambiente natural como fator de diferenciação de uma sociedade e de suas manifestações culturais, poetas e romancistas passaram a encarar a nacionalização dos temas e da linguagem como via preferencial para assegurar a independência literária brasileira, entregando-se, então, à pesquisa dos elementos nacionais como, por exemplo, a natureza e o índio⁶.

O projeto de pesquisa desta monografia teve como principal objetivo examinar, na obra *O guarani* de José de Alencar, a formação e a origem de uma idéia de Brasil, através da exaltação do processo civilizatório e da criação de um mito fundador. Buscou-se analisar, também, como a natureza aparece nessa obra, na pretensão de construir uma nação e uma

⁶ Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 132- 150.

nova civilização brasileira, além de discutir, através dos personagens míticos, a idéia da mestiçagem como elemento constitutivo do ser brasileiro.

Nesta monografia, pretende-se estudar a literatura emergente do pós-independência por entender que as letras são um espaço privilegiado no sentido de se compreender os valores de uma época. As manifestações dos literatos românticos foram escolhidas pela sua significância dentro do contexto do pós-independência e pela importância que assumiram posteriormente dentro da cultura brasileira.

Pode-se constatar que a escrita da literatura, desde o século XIX, e principalmente desde o XX, sofreu inúmeras transformações, dando maior relevância à escrita criativa dos textos. Entretanto, no mesmo século XIX tem-se no Brasil uma preocupação em fazer da literatura mais uma fonte, quase verossímil, da fundação da idéia de um Brasil recém liberto de Portugal e preocupado com sua história.

A questão da veracidade e da ficcionalidade do texto histórico está, mais do que nunca, presente na contemporaneidade, fazendo dialogar a literatura e a história num processo que dilui fronteiras e abre as portas para a interdisciplinaridade. O estudo da literatura como fonte histórica está sendo objeto de muitos trabalhos acadêmicos,⁷ o que particularmente me interessa por lidar com textos aparentemente despreocupados com a história, mas que se tornam fontes riquíssimas de conhecimento da época vivida ou idealizada pelo autor, haja vista que ele escreve mediante uma preocupação de seu momento. Como exemplo, pode-se mencionar José de Alencar que, mesmo não vivendo no período colonial escreveu sobre esse período, pois era corrente, no século XIX, a questão do nacionalismo. O autor recorreu a tempos mais recuados para realizar algumas de suas obras, em especial, *O guarani*.

Os romancistas brasileiros da primeira geração voltaram suas atenções para as realidades empíricas da paisagem e do contexto familiar e social, das quais eles extraem não imagens isoladas, como faz o poeta, mas formulam as ambientações, os personagens e os enredos. A situação de fato de que nasce o romance repropõe sempre ao crítico o tema dos liames entre a vida e a ficção, gerando problemas como a verossimilhança das histórias, a coerência moral das personagens e a fidelidade das reconstruções ambientais.

⁷ No primeiro semestre de 2005 desenvolvi, na disciplina Política Externa, do curso de História do UniCEUB, um ensaio sobre a escravidão brasileira tendo como fonte o poema *Navio Negreiro* de Castro Alves.

CAPÍTULO 1. O ROMANTISMO E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL

1.1. ORIGENS DO ROMANTISMO

O romantismo se contrapôs ao classicismo, escola literária que dominava até o século XVIII. Suas características foram alteradas, ao invés do predomínio da inteligência houve um maior apelo a imaginação, sendo assim a sensibilidade floresceu mais do que a razão; o romantismo trouxe uma profunda subjetivação da arte, exaltou como nunca o egoísmo; houve uma maior exploração de temas como a natureza, com seus aspectos pitorescos; e a propensão para as histórias em que se ressaltam os valores da pátria em questão. Esse desejo de expressar nas artes as concepções presentes no plano dos sentidos, da imaginação, da fantasia e das paixões recebe o nome de romantismo.

O século XVIII foi marcado por uma grande confiança no futuro, pois se acreditava que o homem a partir do conhecimento e do uso da razão poderia construir uma sociedade diferente e um mundo melhor, baseado nos ideais Iluministas. Porém esses ideais foram alterados com o advento do romantismo que pode ser caracterizado como elemento que substituiu o império da razão pelo reino da emoção e da fantasia. Entretanto o século XIX não pode ser completamente desvinculado do pensamento racionalista do século XVIII, pois seus projetos nasceram, em grande parte, dos ideais originários do chamado século das luzes.

A designação de Romantismo para o movimento cultural que marcou a Europa no século XIX provém do termo “romântico”, que, originalmente em francês, se referia a certos poemas medievais narrativos. O termo passou a ser utilizado, já em inícios do século XIX, como oposto a clássico, portanto a arte que marcara, nas suas variantes, a Europa desde o Renascimento. O termo Romantismo encontra-se, assim, associado desde logo a uma característica marcante do movimento: a recuperação de tradições e elementos próprios da cultura medieval, que haviam sido postos de lado pela cultura clássica⁸.

No Brasil, o romantismo europeu teve grande importância e influência, especialmente o francês, ao implantar seus valores aos padrões culturais brasileiros. Entretanto, não se pode

⁸ Afrânio Coutinho (dir.) e Eduardo de Freitas Coutinho (co-dir.). *A Literatura no Brasil – Era Romântica*. 6 ed., São Paulo: Global, 2002. pp. 4 –5.

deixar de fazer referências ao romantismo alemão, pois segundo Gerd Bornheim⁹ o romantismo alemão foi o único que se estruturou como movimento consciente a partir de uma posição filosófica, o que garantiu à filosofia um destaque singular dentro do panorama romântico geral.

O romantismo alemão nasceu perto de Weimar, na cidade universitária de Iena, sob a influência de Johann Gottlin Fichte (1762-1814), um dos irracionalistas da Alemanha oriental, homem de grande eloquência, que nos *Discursos à Nação Alemã*, dirigidos contra Napoleão e os franceses, criou os primeiros impulsos, o complexo de superioridade e os termos do futuro nacionalismo alemão. O nacionalismo alemão já estava sendo discutido no *Sturm und Drang* (tempestade e ímpeto), movimento pré-romântico rebelado contra o classicismo francês e adepto aos valores germânicos que se acentuou na segunda geração dos romancistas de Heidellberg.

A história do romantismo alemão é dividida em duas fases distintas e por episódios catastróficos. Em 1806, a Prússia foi derrotada e quase desmembrada por Napoleão. A velha estrutura medieval do *Reich*, antigo Sacro Império Romano-Germânico, da qual a Prússia fazia parte, já tinha sido destruída por Napoleão em 1803 e foi substituída por um grupo de reinos, dependentes da França. A reação nacional contra essa humilhação absorveu todas as energias. O cosmopolitismo dos alemães do século XVIII estava cedendo, em vez do universalismo dos clássicos de Weimar só ficou a alternativa do universalismo católico, medievalista. O nacionalismo alemão dos românticos de Heidellberg teve seu apogeu nas chamadas guerras de libertação contra a França, entre 1813 e 1815, acabando com o cosmopolitismo e substituindo-o pela idéia do Estado nacional¹⁰.

Vemos, portanto, que na cultura ocidental, o romantismo teve sua origem no final do século XVIII, fruto das transformações políticas e sociais provocadas pela Revolução Francesa e, em parte, pela ascensão de uma nova classe, a burguesia, que aos poucos superava os parâmetros intelectuais e mentais do *Ancien Régime* e implantava sua própria expressão literária. Para muitos autores o romantismo expressava os sentimentos das classes que estavam em processo de mudança: a nobreza que estava caindo e a burguesia que ainda encontrava-se em processo de fortalecimento.

Segundo o historiador de literatura Nelson Werneck Sodré a burguesia foi a classe que deu a fisionomia para o romantismo seguindo seu próprio padrão artístico, particularmente

⁹ Gerd Bornheim. Filosofia do Romantismo. In: Guinsburg, J. (org.). *O Romantismo*, 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1976.

¹⁰ Sobre o romantismo alemão ver: Otto Maria Carpeaux, *A literatura alemã*, São Paulo: Cultrix, 1963 e Guinsburg, J. (org), op. cit.

através da imprensa e do teatro. A aliança da burguesia com o povo, na luta contra o Antigo Regime, fez com que houvesse a difusão dos novos tipos de arte. Cria-se, a partir daí, o público que assistia às peças teatrais e lia os folhetins e os livros que atendiam aos gostos tanto da burguesia como do povo. Foi entre os leitores situados nas classes populares que o romantismo teve seu auge, porque esse gênero literário proporcionou, pela primeira vez, o acesso do povo às manifestações artísticas, pois esse sempre era esquecido ou marginalizado pela nobreza.

Principalmente depois que o romance, como gênero literário, foi incorporado pelas novas e amplas classes sociais como um instrumento fácil e flexível, interpretando a sociedade a seu modo e aceitando, defendendo e difundindo os valores, agora estabelecidos pela classe que atingiu a plenitude de seu poder. Isso porque, para Sodré a burguesia e o romantismo são como sinônimos, a segunda é a expressão literária da plena dominação da primeira¹¹.

O romance romântico brasileiro dirigia-se a um público ainda mais restrito, eram moços e moças provindos das classes altas, e, excepcionalmente, médias, eram os profissionais liberais da corte ou dispersos pelas províncias. Eram leitores que procuravam entretenimento, e à medida que os narradores iam inserindo a paisagem e os valores nacionais aos esquemas de surpresas e de fim feliz semelhantes aos modelos europeus, o público acrescia ao prazer da leitura desses romances.

Sodré mostra que a difusão e implantação do romantismo se desenvolveram em ritmos irregulares nos vários países da Europa devido aos diferentes modos pelos quais a burguesia ascendeu ao poder:

Não há outra forma de distinguir as suas manifestações, tão diversas na Alemanha daquelas que teve na França, tão diferentes as inglesas das italianas, senão segundo as etapas que o triunfo burguês atravessou em cada um desses países.¹²

A ideologia burguesa centra-se nas liberdades (expressão, iniciativa e concorrência) do novo homem e nas infinitas chances de auto-realização do indivíduo. O romantismo centra-se na glorificação do particular, do singular, do íntimo, daquilo que diferencia uma pessoa da outra. Logo, o homem romântico surge como expressão de uma nova ordem social, moral, religiosa e econômica e se ele exprime, ao mesmo tempo, a sua experiência individual, é

¹¹ Nelson Werneck Sodré, *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002, p. 221.

¹² Idem, p. 226.

porque se deixa envolver pelo clima do momento, enquanto é uma síntese desse próprio momento¹³.

Porém, a alma romântica conhece uma outra fase do individualismo, a do Eu oprimido, esmagado pela solidão e pela brutalidade do mundo burguês. Uma esfera melancólica se apossa dos corações e por todos os lados vê-se o lado mais sombrio e inútil da existência. Ao sentir que os seus vínculos com o mundo foram rompidos, os artistas arrojaram-se no seu próprio eu, numa espécie de compensação. Um eu estranho, que ameaça ora com o caos, ora com o êxtase, um eu que afirmam orgulhosamente e, ao mesmo tempo, um eu angustiado, infantil, incapaz de transformar o mundo¹⁴.

Mas a luta do romantismo não mais é contra o velho mundo que declinava, mas sim o choque de mentalidades que a Revolução Francesa provocou. É o contraste, segundo Sodré, entre a gente tradicional cuja vida exterior se revestia de solenidade, de tudo o que estava associado ao direito divino e   ordem feudal, e a que surgia da terra e dos negócios, das novas instituições, do fogo da Convenção, do tumulto dos Estados Gerais, da noite do Terror, da empolgante aventura napole nica¹⁵.

O romantismo europeu, especialmente o francês, influenciou fortemente o brasileiro, mas apesar de muitas importações de idéias e teorias, havia algo de original nas falas e teorizações dos “nacionais”, em que se vislumbram *vertentes de pensamentos* que se afirmariam ao longo da nascente “História do Brasil”, ou seja, de uma nova maneira de abordar o mundo¹⁶.

As nações e os Estados nacionais modernos europeus, em sua grande parte, tiveram na cultura romântica de um modo geral, e na afirmação do capitalismo industrial da primeira metade do século XIX, alguns de seus elementos constitutivos mais importantes. Na América a afirmação dos Estados nacionais deu-se pela via das independências contra as antigas metrópoles. Correspondeu praticamente   própria criação dos mitos e tradições que o romantismo europeu encontrou em seu passado histórico remoto e que serviu para a sua produção cultural.

¹³ Guinsburg, J. (org.), *O Romantismo*, 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 58.

¹⁴ Afrânio Coutinho, op. cit., p.58.

¹⁵ Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 230.

¹⁶ Carlos Guilherme Mota. Idéia de Brasil: formação e problema (1817-1850). In: Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500- 2000)*. Formação: história. São Paulo: SENAC, 2000, p. 215.

A partir da descoberta da Carta de Pero Vaz de Caminha¹⁷ (1492), é que, de certa maneira se “redescobre” o Brasil, em especial sua história, pois a partir dessa descoberta se buscou definir uma “origem” para o Brasil. É nesse momento, tendo em mãos a certidão de nascimento do país, que nasce uma “história” do Brasil. Esse despertar da nacionalidade assumiu no Brasil uma forma nativista, difusa e vinculada por localismos, voltado para o despertar de uma consciência mais ampla de se viver em um país independente.

Na carta de Caminha os índios são positivamente comparados aos europeus, porque viviam em sintonia com as leis naturais, o que os tornava perfeitos. Entretanto muitos outros documentos vieram à luz, contribuindo para se delinear melhor os contornos do Novo Mundo. Thevet, Jean de Léry, Claude d’Abbeville, Yves d’Evreux, Padre Anchieta, entre outros serviram como fontes para os românticos brasileiros desenharem a imagem da Nação, isto é legitimarem o cenário natural e os índios dentro da literatura, ou utilizarem os mesmos relatos para se defenderem quando atacados por falta de verossimilhança da obra¹⁸.

No caso brasileiro, o Romantismo teve muita importância para a criação do romance, com autores aderindo às idéias românticas como recurso para conseguir a emancipação literária. Não foi somente uma assimilação daquilo que no dicionário romântico melhor se adaptasse à realidade e às aspirações do país, mas de incorporar à atividade literária uma nova forma de expressão ainda não realizada no país.

1.2. O Romantismo no Brasil

Na primeira metade do século XIX foram desenvolvidas novas idéias de Brasil. Sem unidade constitucional ou cultural consolidada, sem sequer ter resolvido alguns de seus problemas básicos, o Brasil emerge em 1822 como entidade política independente no cenário internacional. Foi nesse momento que despontaram os ideais do Romantismo como gênero literário que exprimia, entre outros, aspectos da realidade, tanto individual e social quanto natural. Foi, portanto, no romantismo que a literatura brasileira se enquadrou ao presente.

¹⁷ Embora a Carta de Pero Vaz de Caminha tenha sido escrita no século XVI com o objetivo de transmitir ao rei de Portugal D. Manuel as informações da terra recém-descoberta, a mesma foi esquecida e só redescoberta no século XIX quando se recolhia os documentos para a construção de uma história nacional.

¹⁸ Sobre o assunto ver: Mirhiane Mendes de Abreu, O índio brasileiro e a concepção romântica da natureza. In: Gilmar Arruda; David Velázquez Torres e Graciela Zuppa (Orgs.), *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

Após 1822, o Brasil vê-se envolvido em uma importante questão, que assume um caráter paradoxal: é independente da metrópole, mas tem um monarca português; quer elaborar uma literatura própria, mas a língua, este instrumento por excelência da identidade cultural, segue sendo portuguesa. Como se diferenciar do colonizador e desenvolver uma identidade cultural própria? E como modificar os costumes éticos herdados da mentalidade colonial?¹⁹ A fim de responder a essas questões, os escritores começaram a discutir a questão do “ser brasileiro”. Buscava-se a nossa identidade em meio a tantas diferenças e misturas étnicas. O patriotismo, o desejo de construção de uma pátria brasileira, deveria ser o estímulo e dever do escritor, a sua contribuição para a descrição da grandeza da nação recém livre e unida.

Com uma tradição de três séculos de escravidão, acrescida da tradição clerical de base jurídica, a idéia de Brasil se firmou quando se consolidaram as estruturas de dominação da sociedade estamental-escravista e se adaptaram teorias sociais e culturais que embasariam o nascente modelo autocrático-burguês.

Entretanto, antes de tudo, convém identificar o conceito de Nacionalidade – as nações para serem inteiramente unidas, precisam saber quem são, precisam de um sentimento claro e positivo de identidade nacional. Essas identidades são construídas por valores culturais. Para isso, o Estado cria mitos e heróis no intuito de saudar seu passado glorioso baseado na idéia de saudosismo histórico.²⁰ Dessa maneira nasceu algo inovador para o recém criado Estado brasileiro: a noção de que o país deveria produzir uma literatura com características próprias, nacionais. Assim os brasileiros deveriam escrever sobre suas belezas naturais, seus costumes e a formação de seu povo.

Delinearam-se então, mais nitidamente, formas de sociabilidade, de sensibilidade e dominação, de auto-explicação histórico-geográfico-cultural, assim como ideologias e modos de pensar que caracterizavam o perfil dessa entidade político-institucional abstrata denominada “Brasil”. Nação à qual deveria corresponder, à semelhança de outros Estados Nacionais, uma “sociedade” mais ou menos homogênea, a sociedade “brasileira”. No processo, partilhado de conflitos, insurreições, golpes e acomodações, forjou-se a nacionalidade como categoria histórica e, não menos importante como ideologia política e cultural²¹.

¹⁹ Tânia Rebelo Costa Serra, O choque ético dos românticos. *Nossa História*, 2005 (ano 2, nº 23), p. 78.

²⁰ Nelson Werneck Sodré. op. cit., p. 235.

²¹ Carlos Guilherme Mota. op. cit., p. 200.

Não só a história, mas também as artes, em sentido amplo são consideradas meios indispensáveis para a formação da nacionalidade brasileira. A Nação era encarada como o resultado de uma interpretação orgânica que cimentasse a união entre as diversas províncias. Este o quadro a ser desenhado pelo historiador, capaz de enfrentar a grande dificuldade de extrair e definir uma unidade a partir da diversidade²². Era necessária uma integração das diversas partes do país na construção do Estado Nacional, personificado na monarquia e no Imperador.

Nesse contexto, no Brasil pós-independência iniciou-se a construção de um sistema ideológico consistente, tendo como principal foco a idéia de nação, alimentada pela escrita contínua de uma história nacional, e, portanto pela constituição de uma historiografia que a cultivasse. Essa geração de historiadores, ainda formada sob o Império, teve a tarefa de escrever uma História do Brasil em que a continuidade entre o passado colonial e o imperial independente era bastante acentuada e valorizada²³.

Pensar e imaginar o Brasil desde 1500 tem sido uma espécie de desafio constante para os intelectuais brasileiros. Desde a proclamação da república, questões como a formação da nacionalidade e a formação da identidade brasileira vêm sendo discutidas sistematicamente e ocupando espaços consideráveis na produção intelectual e política do país.

Dante Moreira Leite traçou, a partir das obras dos principais intérpretes do Brasil, um quadro de características psicológicas que procuravam dar uma identidade ao brasileiro e que se consolidaram, reproduzindo-se em versões posteriores, tanto no meio acadêmico, como no cotidiano. São características que aparecem veiculadas nas mídias e que procuram definir certa identidade brasileira²⁴.

O primeiro a ser analisado foi Sílvio Romero, para quem o brasileiro era apático, sem iniciativas, imitador de estrangeiros, mais apto para reclamar que para inventar, lirista, mais amigo dos sonhos e das palavras retumbantes que das idéias científicas.

Afonso Celso caracterizou-os como hospitaleiros, pacientes, resignados, caridosos, desinteressados, cumpridores das obrigações, acessíveis e tolerantes ante o preconceito, mas não deixou de identificar algumas características negativas como a falta de iniciativa, o pouco esforço e a falta de firmeza que poderiam ser facilmente corrigidos pela educação. Para ele os mestiços não tinham preocupações com o futuro.

²² Márcia Regina Capelari Naxara, Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura. In: *História: questões e debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 17, n. 32, jan./jun. 2000. p. 52.

²³ Ricardo Salles, o p. cit., p. 26.

²⁴ William Reis Meirelles, Natureza, identidade e imagens do Brasil. In: Gilmar Arruda; David Velázquez Torres e Graciela Zuppa (Orgs.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

Euclides da Cunha regionalizou a sua análise. Para ele o paulista era aventureiro e rebelde; o índio inapto para o trabalho; o vaqueiro um bravo, rebelde e impulsivo, apegado às tradições, com sentimentos religiosos elevados ao fanatismo; e o colono, um aventureiro.

Affonso Arinos, influenciado pelas idéias racistas do final do século XIX, qualificou o índio e o negro como seres inferiores; os dois apontavam para o desrespeito à ordem legal, o amor à ostentação e o desrespeito pela terra.

Para Manoel Bonfim, as principais características dos brasileiros eram o parasitismo, o horror ao trabalho livre e a desconfiança das autoridades. Eram pessoas portadoras de instintos agressivos e carentes de vontade. Os índios e os negros não tinham consistência de caráter e eram levianos. Os mestiços eram indisciplinados, indolentes e preguiçosos.

Paulo Prado identificou como características dos brasileiros a tristeza, o erotismo, a cobiça, o individualismo, a apatia e a imitação.

Em suas interpretações, Gilberto Freire estabeleceu caracteres a partir da raça e da etnia. Segundo ele, os portugueses eram ricos em aptidões incoerentes, gostavam das histórias eróticas, tinham pouca iniciativa individual, mas eram francos, leais, patriotas, inteligentes, de fácil aclimação, sexualidade exaltada e espírito de aventura elevado. O índio, calado e desconfiado; o negro alegre, místico e voluptuoso e o brasileiro um sádico quando dominante e masoquista quando dominado, crente no sobrenatural e personalista.

Cassiano Ricardo via o brasileiro como mais emotivo, com mais coração que cabeça, e mais propenso a ideologias que a idéias; detesta a violência, é bondoso e individualista.

Sérgio Buarque de Holanda apontava como característica do brasileiro o culto à personalidade, a falta de hierarquia, ânsia de prosperidade sem custo, de posição a riquezas fáceis, o espírito aventureiro, o individualismo, destacando, principalmente, a sua cordialidade.

Por fim, para Fernando de Azevedo o brasileiro era afetivo e sensível, dócil e resignado, pacífico e hospitaleiro, tolerante e indutivo, de inteligência superficial e brilhante e sentimento democrático.

Esses são alguns pensamentos de importantes intelectuais e suas variadas interpretações para a formação da identidade brasileira que enfatizam a formação do povo, a integridade do território e da administração, assim como, certa unidade cultural do Brasil²⁵.

Entretanto, a Historiografia brasileira se definiria e se adensaria, mais tarde, na vertente que vem de Abreu e Lima, Constâncio, Oliveira Lima, Capistrano, Caio Prado

²⁵ Idem, pp. 150-151.

Júnior, Sergio Buarque de Holanda, Otávio Tarquínio de Sousa, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues²⁶.

Desta maneira, este período, que só pelo seu quadro político da afirmação nacional na luta pela independência já era carregado de significado histórico, correspondeu ao que se pode chamar de fundação de uma entidade nacional alicerçada em um Estado que moldado por, mas, principalmente, moldava um conjunto abrangente de nações e valores: pátria, povo, caráter, vocação histórica, cultura a natureza nacionais. A correspondência entre o Brasil imperial e o processo de fundação desta entidade nacional constitui, por si só, razão suficiente para que este período seja positivamente valorizado por boa parte da tradição historiográfica e mesmo para a permanência de sua vitalidade temática em nossos dias²⁷. A grandeza territorial do Brasil e a majestade e opulência de sua natureza são alguns dos mitos oriundos do século XIX que ainda permeiam o imaginário e o substrato de crenças de muitos brasileiros.

Enquanto que, ao longo da história, intelectuais de todas as especialidades do conhecimento procuravam traçar as diversas identidades do Brasil, há uma construção marcante nas interpretações do Brasil que representa certa unanimidade sobre a exuberância da natureza, criando, assim uma identidade cuja imagem a tornasse distinta das outras conhecidas, certa superioridade em relação aos outros países. O impacto que a natureza provocou nos primeiros “visitantes portugueses” tornou-se marca de identidade brasileira e o princípio de um imaginário que associava o “novo mundo” ao paraíso, a terra prometida ao Eldorado, uma natureza em que o homem ainda não colocou sua marca. A natureza idealizada pelos intelectuais é a natureza intocada.

O europeu que chegava ao “novo mundo” ao eleger, de um lado, a natureza como referencial obrigatório que definia a identidade da nova nação, de outro, descrevia os habitantes desse “paraíso” pela sua aparência exótica, nus, peludos e portadores de perigosos e violentos costumes. Todas essas características que foram traçadas durante o século XV pelos viajantes foram retratadas na literatura romântica brasileira do século XIX, entretanto com algumas modificações, principalmente no que se refere aos nativos, pois esse foi então retratado como herói da nação brasileira e não como primitivo bárbaro como pensavam os europeus.

É importante ressaltar que, mais que mitos de uma escola artística e literária, foram, e são, mitos relativos à formação da própria nacionalidade, foi a origem de um projeto brasileiro. Trata-se de mitos de formação na medida que correspondem historicamente à

²⁶ Esses autores foram citados por: Carlos Guilherme Mota, op. cit., p. 200.

²⁷ Ricardo Salles, op.cit., p. 33.

constituição do Brasil enquanto superação e resgate de seu passado colonial e constituição de uma formação social, política, cultural e ideologicamente autônoma. Daí sua força e permanência mesmo depois da superação do romantismo.

O que se consolidou foi certo tipo de imaginário e de consciência propriamente nacional, certa idéia de Brasil, mais propriamente conservadora, haja vista que era o próprio imperador que regulava a escrita e a circulação das novas idéias. Sendo assim a independência e a escrita de história e da literatura que foi desenvolvida no século XIX tiveram como característica acomodar e perpetuar as elites nacionais.

Tais idéias conservadoras de Brasil, fundadoras do quadro político-ideológico que dominou o cenário entre 1824 e 1889, instalaram-se no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), foram reforçadas pelas teorias de Varnhagen, que desenvolveu junto com outros pesquisadores o conceito de Nação, e foram alteradas somente com o movimento republicano:

Nessa tarefa imensa de delinear a nação brasileira foi delegado um papel essencial à história: esquadrihar o passado, peneirá-lo, revolvê-lo, buscar em suas cinzas ainda fumegantes, entre as mazelas da servidão e da desunião, os desvãos camuflados, as pequenas reentrâncias, os minúsculos acontecimentos em que se inserem os primeiros gestos tímidos de identidade, os primeiros acenos de união, os primeiros sonhos de pátria livre.²⁸

A concretização da escrita da história do Brasil foi realizada mediante um concurso para definir a melhor forma de se escrever a história do Brasil. O texto, premiado em 1847, foi do alemão Karl Von Martius. Seu texto propõe formar do livro da escrita da história do Brasil a mescla das três raças étnicas formadora, a seu ver, da nacionalidade brasileira. Martius valorizava os estudos relativos aos indígenas, com a perspectiva de os integrar na história nacional.

A atuação do elemento branco, através de seu papel civilizador, foi particularmente sublinhada, resgatando especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas nesta tarefa desbravadora e civilizatória. Do seu ponto de vista, o indígena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. O negro obtém pouca atenção do escritor, isso se dá

²⁸ Nilo Odália. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo, Fundação Editorial da UESP, 1997, p. 34.

devido ao reflexo de uma tendência que se solidificou neste modelo de produção da história nacional, a idéia de que o negro foi um fator de impedimento ao processo de civilização.

Ao definir o conceito de Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, os pesquisadores do Instituto excluíram algumas etnias em detrimento de outras, definiram que os índios, embora tenham sido estudados na perspectiva de criar os mitos fundadores da origem da nação brasileira, não eram, na visão européia, civilizados a ponto de serem os principais agentes fundadores da nova Nação brasileira. Os negros também foram excluídos do projeto por não serem portadores da noção de civilização. Sendo assim, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente carregada de imagens depreciativas do “outro”, pois o conceito de Nação é eminentemente restrito aos brancos. A Nação, cujo retrato o Instituto se propõe fazer, deve, portanto, surgir como o desdobramento de uma civilização branca, tarefa difícil devido à realidade social brasileira extremamente miscigenada.

Assim, é no bojo de processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistemática. A criação do IHGB, em 1838, aponta na direção da materialização desse empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX²⁹.

Foi, portanto, tarefa dos letrados reunidos em torno do IHGB esclarecerem a história da gênese da nascente nação, visando a uma homogeneidade da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Portanto, nos decênios de 1850 e 1860 o Brasil conheceu a consagração do romantismo, cuja manifestação é considerada a mais “genuinamente nacional”.

Nesse contexto o Romantismo como escola literária teve importante papel na difusão das idéias nacionalistas que o Brasil estava vivenciando no século XIX, haja vista que os romances e poemas eram comumente lidos pelos letrados no interior de suas famílias ou para alguns ouvintes interessados na história lida.

É importante ressaltar que o IHGB teve apoio financeiro do imperador, pois a partir da estabilização do poder central monárquico e do projeto político centralizador fez-se necessário escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e

²⁹ Manoel Luís Salgado Guimarães, Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 5-27.

civilizado. Essa foi a forma que D. Pedro II encontrou para construir sua imagem de esclarecido e amigo das letras.

Sendo assim, a primeira fase romântica no Brasil ficou comprometida com o projeto de construção da idéia de brasilidade e do Estado Nacional Brasileiro, tal como desejava o imperador e parte das elites dirigentes do país. Será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, irá se travar um acirrado debate em que a literatura, de um lado, e a história, do outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena.

Assim, na terceira década do século XIX um grupo de jovens brasileiros que moravam em Paris teve contato com as novas idéias dos intelectuais franceses que faziam parte do Institut Historique. Em 1836, ainda em Paris, esse mesmo grupo lançou o manifesto romântico na revista “Niterói” (Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes), que pode ser considerado um marco do Romantismo Brasileiro, uma espécie de porta-voz dos ideais românticos³⁰. Sob o lema “tudo pelo Brasil e para o Brasil”, os organizadores da revista buscavam dar uma explicação sobre o que significava “ser brasileiro”. Para tal, buscavam enfatizar questões nacionais nas quais o índio e a natureza constituem o principal tema.

Foi no romantismo que, durante o século XIX, artistas e intelectuais brasileiros começaram a se preocupar em mostrar em suas obras as características de uma nação recém fundada, distinta de todas as outras nações. Tratava-se de destacar os sentimentos e valores nacionais que nos tornavam diferentes, possibilitando a construção da nossa identidade. Para isso, artistas e intelectuais deveriam buscar nas tradições, religião, costumes, história e natureza o material que permitisse expressar a nossa nacionalidade.³¹ Assim, no Brasil, o romantismo da primeira fase adquiriu características especiais, defendendo os motivos e temas brasileiros, mais próximos da fala e da realidade popular brasileira e mais distantes da portuguesa.

Ao longo do século passado, os autores brasileiros de romances afirmaram, antes de tudo, a existência de seu objeto, a *literatura nacional*. Sem obras literárias de certa originalidade ou autonomia, com tema, estilo e expressão próprios, tais histórias perderiam a razão de ser. Para tanto, tornou-se a exuberância do *meio* e das *raças* locais, o sincretismo de povos e línguas sob o sol dos trópicos, como fonte de criação de novas formas e temas³².

³⁰ Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 230.

³¹ Antônio Cândido, *O Romantismo no Brasil*, São Paulo: Ed. Humanitas, 2002, p. 20.

³² Roberto Ventura, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 17.

Sendo assim, para os literatos da segunda metade do século XIX, o brasileiro se originou de uma imensa mestiçagem física e moral, de uma fusão de sangue e de almas. A cultura brasileira é definida como *mestiça* ou *compósita*, cujo caráter específico depende da interação de elementos díspares. Em termos literários e artísticos, a consciência nacional se criaria pela fusão das raças e pela incorporação das “faculdades de imaginação e sentimentos dos selvagens do continente americano e africano”³³.

Com o Romantismo surge a onda indianista, fruto da filosofia do *Bom Sauvage*, de Jean Jacques Rousseau e das doutrinas da ilustração ou Enciclopedismo. Contrariando a realidade vivida nas selvas da América, da África e da Oceania apresenta-se um silvícola exornado de todas as virtudes que a civilização tradicional cristã da Europa e das regiões mais cultas havia deixado ao longo dos séculos. A visão romântica da criatura em sua pureza original sem pecado vivendo no idílio de amor e ventura nas matas, nas praias ou nas pradarias sem fim. O trabalho não lhe seria preocupação, pois a mãe natureza dadivosa e boa colocava tudo ao alcance da mão³⁴. O *Bon Sauvage* acabou compondo o imaginário brasileiro do Segundo Império. Gigante pela própria natureza, o índio tornou-se o principal ator na literatura nacional, acompanhado do pano de fundo natural.

O romantismo brasileiro alcançou, portanto, grande penetração, tendo o indígena como símbolo. Na literatura e na pintura, os índios idealizados nunca foram tão brancos, assim como o monarca e a cultura brasileira tornaram-se mais e mais tropicais. Afinal essa era a melhor resposta para uma elite que se perguntava incessantemente sobre sua identidade, sobre sua verdadeira singularidade. Diante da rejeição ao negro escravo e mesmo ao branco colonizador, o indígena restava como uma espécie de representante digno e legítimo. “Puros, bons, honestos e corajosos”, os índios atuavam como reis no exuberante cenário da selva brasileira e em total harmonia com ela³⁵.

Entretanto por volta de 1860, a poesia romântica ganhou novos horizontes, ao incorporar temas sociais. Desse modo, houve uma mudança na concepção literária, pois a partir daí o negro foi incorporado nos romances junto com o relativo desaparecimento do indígena como personagem ficcional ou assunto poético. Alguns, ainda, afirmaram que os romances indianistas de Alencar, *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, são “falsa literatura tupi”, escrita a partir do desconhecimento da realidade dos selvagens brasileiros.

³³ Ver sobre o assunto: Idem, p. 48.

³⁴ Elvo Clemente, O índio na história e na literatura. In: Moacyr Flores (org.). *Negros e índios: História e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p. 104.

³⁵ Lília Moritz Schwarcz, op. cit., p. 148.

Além disso, nesta época, houve uma crescente desqualificação dos índios em seu meio natural, pois se acreditava que o predomínio da natureza sobre o homem teria impedido os americanos de se aperfeiçoarem e de se tornarem senhores do continente, permanecendo em estado de selvageria.

CAPÍTULO 2. JOSÉ DE ALENCAR E A INSERÇÃO NO ROMANTISMO

Logo depois da proclamação da independência, em 1822, era invejável o prestígio de D. Pedro I, pois o povo e a maioria dos políticos, o admiravam muito. Aos poucos, essa situação foi se alterando. Já por volta de 1830, o país enfrentava sérios problemas econômicos, que tinham se agravado com a falência do Banco do Brasil, em 1829, e com a Guerra da Cisplatina, que durou de 1825 a 1828.

A popularidade de D. Pedro I começou a decair e a forte oposição ao imperador apontava uma única solução para a crise: a abdicação em favor de seu filho e herdeiro do trono, D. Pedro de Alcântara, então com cinco anos, o que acabou acontecendo em abril de 1831. Governando em seu lugar, até que o jovem imperador atingisse a maioridade, ficava a Regência Trina Provisória.

É nesse cenário político que atuava o padre José Martinho de Alencar, deputado pela província do Ceará, que esteve envolvido em várias lutas sociais. No dia de sua eleição nasceu seu primeiro filho, José Martiniano de Alencar, em 1º de maio de 1829. Ele foi o fruto de uma união ilícita e particular do padre com a prima Ana Josefina de Alencar. Quando criança e adolescente, era tratado em família por Cazuzza, mais tarde, adulto, ficou conhecido nacionalmente como José de Alencar, um dos maiores escritores românticos do Brasil.

O pai de José de Alencar assumiu o cargo de senador do Rio de Janeiro em 1830, o que obrigou a família a se mudar para lá. Mas quatro anos depois a família voltou ao estado natal, pois Martiniano foi nomeado governador do Ceará. Alguns anos mais tarde a família voltou ao Rio de Janeiro, desta vez para ficar. O pai assumiu novamente seu cargo de senador e o menino começou a frequentar a Escola de Instrução Elementar.

No período de 1831 a 1840, inúmeras rebeliões abalaram o governo regencial: a Cabanagem; a Sabinada; a Farroupilha e a Balaiada. Quando essas rebeliões estouraram a família Alencar morava no Rio de Janeiro. Filho de político, o jovem Alencar assistia e certamente tomava gosto pela política. Em meio à agitação de uma casa frequentada por muita gente, como era a de seu pai, na oportunidade de ir até São Paulo acompanhar seu primo, onde esse completaria o curso de Direito, Alencar resolveu seguir a mesma carreira do primo e do pai.

Na escola de Direito discutia-se tudo: Política, Arte, Filosofia, Direito e, sobretudo, Literatura. Era o tempo do Romantismo, novo estilo artístico importado da França. Esse estilo apresentava, em linhas gerais, as seguintes características: exaltação da Natureza, patriotismo, idealização do amor e da mulher, subjetivismo, predomínio da imaginação sobre a razão. Mas o Romantismo não era apenas um estilo artístico: acabou tornando-se um estilo de vida. Seus seguidores, como os acadêmicos de Direito, exibiam um comportamento bem típico: vida boêmia, regada a muita bebida e farras. As farras, segundo eles, para animar a vida na tediosa cidade; a bebida, para serem tocados pelo sopro da inspiração. Introvertido, quase tímido, o jovem Alencar mantinha-se alheio a esses hábitos, metido em estudos e leituras. Lia principalmente os grandes romancistas franceses da época.

Foi jornalista e depois dono do jornal Correio Mercantil. Certamente, quando resolveu assumir o Diário do Rio de Janeiro, Alencar pensava também num veículo de comunicação que lhe permitisse expressar livremente seu pensamento. Foi nesse jornal que travou sua primeira polêmica literária e política. Nela, o escritor confronta-se indiretamente com o imperador D. Pedro II.

Gonçalves de Magalhães (que seria posteriormente considerado como o iniciador do Romantismo brasileiro) tinha escrito um longo poema intitulado A confederação dos Tamoios, em que fazia um exaltado elogio à raça indígena. D. Pedro II, homem voltado às letras e artes, viu no poema de Magalhães o verdadeiro caminho para uma genuína literatura brasileira. Imediatamente, o imperador ordenou que se custeasse a edição oficial do poema. Alencar, sob o pseudônimo "Ig", utilizando seu jornal como veículo, escreveu cartas a um suposto amigo, questionando a qualidade da obra de Magalhães e o patrocínio da publicação por parte do imperador: "As virgens índias do seu livro podem sair dele e figurar em um romance árabe, chinês ou europeu (...) o senhor Magalhães não só não conseguiu pintar a nossa terra, como não soube aproveitar todas as belezas que lhe ofereciam os costumes e tradições indígenas...".

Qualquer que tenha sido o motivo, essa polêmica tem interesse fundamental. Discutia-se de fato, naquele momento, o que seria o verdadeiro nacionalismo na literatura brasileira, que até então tinha sofrido grande influência da portuguesa. Alencar considerava a cultura indígena como um assunto privilegiado, que, na mão de um escritor hábil, poderia tornar-se a marca distintiva da autêntica literatura nacional.

Nessa época havia uma motivação de caráter político, que estimulava a aceitação dos heróis "selvagens", que foi a recente proclamação da independência. O brasileiro de então buscava ansiosamente uma resposta à pergunta: "afinal quem somos nós?" Pergunta muito

natural dentro de uma sociedade ainda desestruturada, que tinha conquistado sua independência política, mas sentia-se carente de heróis e de uma identidade própria.

Nesta busca de um legítimo representante da raça brasileira optou-se pelo indígena. O negro foi rejeitado por ser um “estrangeiro” e porque a sociedade já tinha um preconceito racial acentuado por pensar que os negros representavam a parcela social destinada ao trabalho. O branco também foi rejeitado por lembrar o europeu colonizador. Restava, portanto, o índio.

Foi nesse contexto que o índio surgiu como super-herói na ficção brasileira e Alencar foi o escritor que melhor o incorporou em seus romances, transformando a raça indígena em um conjunto de homens puros, honestos, bons, educados e corajosos atuando bravamente no exuberante cenário da selva brasileira, onde viviam em plena harmonia. José de Alencar foi um importante pesquisador do universo indígena. Alencar traçou, em suas obras, um painel da brasilidade, focalizando o índio nos vários estágios de interação com o colonizador, por vezes um nativo portador de candura e ingenuidade, mas também um índio heróico e viril quando via sua dignidade ameaçada, como é o caso de *O Guarani*. Alencar fez em seus livros, *Iracema*, *Ubirajara* e *O guarani* uma apologia à natureza e a tudo que ela representava para os nativos.

CAPÍTULO 3. O GUARANI

O primeiro quartel do século XIX foi, em toda a América Latina, um tempo de ruptura. O corte nação/colônia, novo/antigo exigia, na moldagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado, o pólo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia o seu nome; de outro lado, o pólo português, que lamentava a perda de sua melhor colônia.

Segundo esse desenho de contrastes, o esperável seria que o índio ocupasse, no imaginário pós-colonial, o lugar que melhor lhe competia, o papel de rebelde. Era, afinal, o nativo por excelência em face do invasor. Mas não foi dessa maneira que a literatura romântica brasileiro o representou. O índio de Alencar entra em nítida comunhão com o colonizador. Peri é, literal e voluntariamente, escravo de Ceci, a quem venera como sendo sua senhora (*Iara*), e vassalo fiel de D. Antônio.

A história narrada em *O guarani* se passa no século XVII, às margens do rio Paraíba. Seu principal protagonista é Peri, o grande herói da obra e par romântico para a loura e alva Ceci. Peri, segundo Lilia Moritz Schwarcz, é a própria representação do bom selvagem rousseauiano: forte, livre como vento, fiel e correto em suas ações. Para Schwarcz a trama se desenvolve em torno de dois grandes fatores de tensão. De um lado, Peri protege a família do fidalgo português D. Antônio de Mariz (pai de Ceci) do ataque dos “bárbaros Aimorés”. De outro, ajuda a desvendar todas as artimanhas do “malvado Loreando”, “aventureiro que só queria as riquezas da família e a beleza de Ceci. O combate se dá entre nobres e selvagens. Selvagens são os Aimorés e os aventureiros brancos. Nobres são todos aqueles que têm ou merecem tal título em virtude de sua bravura e altivez de seus atos. É assim que o tema da nobreza de Peri volta constantemente nas páginas do romance, para indicar um feliz encontro entre a nobreza branca, que veio ao Brasil oriunda da Europa, e os “nobres da terra”³⁶.

Peri era muito diferente dos demais indígenas. Era, segundo D. Antônio, “um cavalheiro português no corpo de um selvagem”³⁷, enquanto que os aimorés eram descritos como ignorantes, bárbaros e possuidores de instintos canibais que de tão “diabólicos” deveriam ser esmagados pela “civilização nobre”.

³⁶ Idem, pp. 137 e 138.

³⁷ José de Alencar. *O guarani*. São Paulo: Ateliê, 1999, p. 45.

No desfecho do romance, em face da catástrofe iminente, Peri foi capaz de abandonar suas crenças em nome da fidelidade que tinha para com o fidalgo e em nome da subserviência que tinha por Ceci. D. Antonio batizou o indígena, dando-lhe o seu próprio nome, condição essa que julgou necessária para conceder a um selvagem a honra de salvar a filha da morte certa que os aimorés tinham condenado os moradores do solar³⁸.

Se tu fosses cristão, Peri!...

O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.

- Por quê?... Perguntou ele.

Por quê?... Disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília, e estou convencido de que a levaria ao Rio de Janeiro à minha irmã.

O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade, seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo d'alma.

- Peri quer ser cristão! Exclamou ele.

D. Antonio lançou-lhe um olhar úmido de reconhecimento.

(...)

O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que expôs-lhe as mãos sobre a cabeça.

Sê cristão! Dou-te o meu nome!

(O guarani, parte IV, cap. X)³⁹

Não podendo impedir a desgraça maior que se abate sobre a família de Mariz, Peri tenta salvar Ceci, que venera com paixão, estando ambos separados apenas por duas naturezas: “uma filha da civilização, o outro filho da liberdade selvagem”⁴⁰. Ambos terminam juntos, anunciando um amor platônico entre o índio e Ceci, levados por um rio cujo futuro é a vida no Rio de Janeiro ou “o céu que os une”.

José de Alencar, em muitos momentos, trouxe a idéia de que os indígenas que viviam em plena harmonia como os portugueses eram dignos de confiança, eram índios de alma portuguesa, enquanto os outros eram considerados bárbaros, horrendos, diabólicos enfim, não dignos de confiança.

Em outro romance, Iracema apaixona-se por Martim Soares Moreno, colonizador do Ceará, que por amor a ela rompeu com sua nação tabajara depois de violar o segredo de jurema. Fugiu com o português e se estabeleceu em outro lugar, longe da tribo e longe dos portugueses que não aceitavam a união dos dois.

Esses dois exemplos mostram que tanto Peri como Iracema se entregam ao branco de forma incondicional, faz-se de corpo e alma, o que implica sacrifícios e abandonos. Uma partida sem retorno. O risco de sofrimento e morte é aceito pelos indígenas sem hesitação,

³⁸ Alfredo Bossi, *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 177.

³⁹ Citado por: Idem, p. 178.

⁴⁰ José de Alencar, op. cit., p. 157.

como se sua atitude submissa ao branco representasse o cumprimento de um destino, que Alencar apresenta em termos heróicos e idílicos.

Alencar delineia um índio belo, forte e livre que se modelou em um regime de combinação com os colonizadores portugueses. Essa conciliação, dada como espontânea, viola abertamente a história da ocupação portuguesa no Brasil durante os primeiros séculos de ocupação. Mas essa imagem poética que o autor inseriu no século XIX resistiu e se integrou na sociedade brasileira.

José de Alencar também levantou em seus livros *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara* a questão da honra como função cultural, tão importante para as civilizações primitivas. Essa questão pode ser evidenciada em diversos trechos desses romances, principalmente quando o autor escreve sobre as guerras entre as tribos indígenas.

Segundo J. Huizinga, só é lícito falar em guerra como função cultural na medida em que ela se desenrola de maneira que seus participantes se considerem um aos outros como iguais, com os mesmos direitos e lutam com as mesmas armas⁴¹. Para os povos primitivos a guerra fazia parte das idéias que abrangiam a justiça, o destino e a honra. Ela é vista como dever sagrado ligado à defesa da honra, essa por sua vez é vista como questão social, não só dentro da própria tribo como também fora dela.

A questão lúdica da honra também perpassa a guerra cultural, pois na concepção de guerra como um nobre jogo de honra havia a troca de cumprimentos com o inimigo, dando mais caráter lúdico ao costume.

No romance *Ubirajara* a narrativa centra-se em Jaguarê, jovem caçador, que não poupa esforços para ser reconhecido como o melhor guerreiro. Em um combate individual com o grande guerreiro Pojucã, na qual os dois têm as mesmas qualidades e lutam com as mesmas armas e em igualdade de força, Jaguarê vence e é reconhecido por todos como o grande herói, passando a ser chamado de Ubirajara, o senhor da terra, aquele que é capaz de cumprir sua missão como chefe da tribo dos Araguaia.

Para o reconhecimento do herói foi preparada uma recepção na qual o vencido relata como foi derrotado. Após esse relato, o vencido é submetido às ordens do vencedor e mesmo não sendo aprisionado, Pojucã não tenta em nenhum instante se rebelar contra Ubirajara, o que mostra que a fidelidade para com as tradições tem um papel fundamental na vida dos indígenas.

⁴¹ Johan Huizinga. *Homo Ludens*: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Edusp, 1971, p. 102.

Em outro momento, os livros *Iracema* e *Ubirajara* expõem, novamente, a honra dos indígenas perante os inimigos, isto é, os de outras tribos. Quando é recebido pela tribo Tabajara, Martim é recebido como hóspede e, como tal é respeitado, mesmo sendo aliado à nação inimiga dos Pitiguaras. Ubirajara também foi recebido como hóspede na nação Tocantins e respeitado como tal, embora tenha matado o filho do chefe da nação. O que se pode ver nesses exemplos é que as tribos respeitavam uns aos outros como semelhantes e faziam uso da guerra como arte e não meramente como vingança. O que pode ser evidenciado nos livros é que as tribos só entravam em guerra quando as mesmas aceitavam o combate, isto é, há uma ausência de ataques surpresa contra o outro.

Entretanto no livro *O guarani* se encontra uma situação diferente, mas com os mesmos valores de honra, lealdade, fidelidade, bravura, destemor e valentia, pois só é declarada guerra contra os brancos quando em uma caçada, D. Diogo, filho de D. Antônio de Mariz, mata acidentalmente um índio aimoré.

Para J. Huizinga, fidelidade é a entrega de si mesmo a uma pessoa, uma causa ou uma idéia, sem discutir as razões dessa entrega nem duvidar de seu valor permanente⁴². N’*O guarani* o valor da fidelidade pode ser evidenciada quando Peri abandona seus costumes em detrimento dos brancos, chegando até mesmo, em momentos finais do livro, a se converter ao cristianismo para salvar Ceci pela floresta.

Todos esses combates aconteciam tendo a natureza como aliada, até mesmo, em alguns casos, como participante, o que pode ser verificado no livro *Ubirajara*, pois quando os dois guerreiros de diferentes tribos se encontram para disputar o amor de Araci uma das provas era atravessar o rio. Nesse teste de esforço físico os dois empataram, logo a natureza acabou servindo de instrumento para desempatar e mudar a vida de um dos guerreiros.

No século XIX a natureza vinha sendo crescentemente desvendada pela Ciência e amplamente descrita pelos escritores e poetas como o que poderia servir de correção para os males da civilização. Segundo Márcia Regina Capelari Naxara⁴³ a ambivalência dos sentimentos aparece fortemente na medida em que, no século XIX, o esforço dos homens revelou-se tanto na conquista e domínio como na veneração e valorização da natureza.

Nesse território ambicionado pelos românticos da primeira geração, a construção de um saber capaz de explicar o mundo, de apreender as sensibilidades dos homens com relação ao mundo, a si mesmo e à natureza na qual vivem. Logo os romancistas buscaram recorrer à

⁴² Johan Huizinga, op.cit., p. 117.

⁴³ Márcia Regina Capelari Naxara, *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: UnB, 2004, p. 242

memória, num esforço de verossimilhança ou de criação do novo a partir do rearranjo de elementos conhecidos, na tentativa de produzir algo que fosse, ao mesmo tempo, inédito, original e verossímil⁴⁴, em que a fronteira entre a literatura e a história estivesse num processo de diluição.

Sendo assim além de inventar e idealizar cenas e personagens, o romance romântico precisa aproximar-se do que é ou parece ser verdadeiro; precisa da verossimilhança, no sentido de alcançar a realidade ou o que o escritor gostaria que ela idealmente fosse.

O romancista, em especial o que produz romances históricos, freqüentemente busca nas crônicas e na história, enfim, em relatos anteriores, o suporte para a ambientação dos personagens e a sustentação do enredo, de forma a torná-lo verossímil, mesmo quando cria e trabalha a figura do herói. Tal concepção não está longe dos escritos de José de Alencar, pois o autor faz alusão à história para reforçar e aproximar o real do imaginário, dando maior credibilidade aos sentimentos e ações dos seus personagens.

Alencar acreditava que a vida primitiva dos indígenas era um excelente material para o romance histórico brasileiro, pois o romance pretende fixar caracteres e sentimentos verossímeis num ambiente histórico exato, ou dito exato pelo autor e pelo leitor. Retratar um quadro histórico e local bem estudados, dando lugar à descrição de costumes, às cenas de um pitoresco realista e freqüentemente familiar, à reconstituição de paisagens exatas, à evocação de figuras lendárias ou históricas com a maior precisão psicológica possível, todos esses elementos combinados têm como objetivo o romance histórico, que é o de afirmar e exaltar o passado nacional. Sendo assim, o indianismo de Alencar pouco ou nada teria de historicamente exato, o local, os fatos, as personagens de modo geral, e os índios de modo particular, sendo mais fantasia de sua imaginação do que tentativa de autêntico levantamento das raízes brasileiras⁴⁵.

Ainda que essa objeção fosse verdadeira, o que não é o caso, o romance indianista de Alencar não deixa de ser legítimo romance histórico brasileiro. É possível que a vida dos selvagens esteja demasiadamente poetizada, que os costumes indígenas tenham sido algo deturpados pela fértil imaginação do romancista, e que os personagens históricos não confirmem com os reais. Esses aspectos, segundo Coutinho, em nada alteram o sentido e a significação do romance e colocam em maior relevo a instituição do autor. Isso porque a tendência universal do Romantismo, de remexer no passado nacional, de rebuscar nos escombros medievais os melhores momentos da alma e da tradição de cada povo, encontraria

⁴⁴ A esse respeito ver: Márcia Regina Capelari Naxara, op.cit., p. 143.

⁴⁵ Sobre o assunto ver: Afrânio Coutinho (dir.) e Eduardo de Feitas Coutinho (co-dir.), op. cit., p. 258.

no Brasil a melhor receptividade, pois um dos nossos problemas era o de afirmarmos frente a Portugal o espírito nacional brasileiro, não só do ponto de vista político, mas também do cultural. Daí se buscou a Idade Média brasileira, o mais recôndito e autêntico do passado teria que ser, pelo menos poeticamente, a civilização primitiva, pré-cabralina. Seria através da valorização poética das raças primitivas no cenário grandioso da natureza americana, que se alcançaria o nível mínimo de orgulho nacional de que se precisava para uma classificação positiva em face do europeu.

O negro, no caso, foi excluído porque acreditava não se prestar ao papel de valorizador da nacionalidade, não só porque representava o trabalho, numa sociedade em que o trabalho era motivo de desqualificação social, mas porque não era filho da terra, era estrangeiro. O índio, ou contrário, não era escravo nem representava o trabalho, era nativo e livre. Era o que convinha ao idealismo romântico.

Nilo Odalia⁴⁶ afirma que o conflito que se estabelece e que opõe os brancos aos índios, ou aos negros é de natureza não apenas racial, mas basicamente um conflito de civilização contra a barbárie, da ordem contra a desordem, da unidade contra a dispersão, da lei contra o desregramento. A constatação da superioridade de uma cultura, de uma civilização, de um modo de vida e de pensamento, sobre outras formas primitivas que acabam por ser interpretadas como um estado de barbárie.

Mas no curso do século XIX uma etnia tinha que ser exaltada para a construção de uma raça genuinamente brasileira. Assim sendo o indígena, embora vencido pelo branco, despojado de seus valores e aniquilado como expressão de uma sociedade que se pretendia extinguir foi recuperado, antes pela força do que pela persuasão, e novamente conquistado para os valores ocidentais cristãos que mostraram no campo de batalha a sua superioridade.

Alencar criou, com base mais lendária do que histórica, o mundo poético e heróico da origem do Brasil, afirmou a nacionalidade e provou a existência de nossas raízes legitimamente americanas.

Como já foi mencionado, nos escritos de Alencar a paisagem tem um peso decisivo em seus romances. Pois o ambiente em que se desenvolvem os personagens e a história exerceu um papel preponderante, especialmente porque considerava que o homem tem a ver com o meio em que vive. Ele é o resultado do meio, com todas as suas características e valores.

⁴⁶ Nilo Odália, op.cit., pp. 45-46.

A natureza foi fonte inesgotável do romance, que cresce como gênero nos meados do século XIX e que teve no indianismo inspiração fundamental na sua fase romântica no Brasil. Em *O Guarani*, um livro em forma de romance histórico, José de Alencar utilizou essa origem vinculada ao indígena e ao português, dando ênfase à importância da natureza virgem, cenário da criação, onde se dá o encontro do selvagem e do português para o surgimento da nação e de uma nova civilização, mestiça. Esse tema será melhor desenvolvido no item seguinte.

Em todos os momentos José de Alencar idealiza uma paisagem geral da brasilidade, colocando o índio nos mais variados estágios de interação com o colonizador português. Por vezes, idealizou o indígena, exaltando sua candura, ingenuidade e nobreza, como é o caso de *Ubirajara*, um verdadeiro herói indígena que foi capaz de lutar com os maiores guerreiros até se tornar o maior e o mais temido guerreiro da nação tupi. Mas também um nativo heróico e portador de uma valentia incondicional como em *Iracema*. Este romance pertence a uma literatura primitiva, que se pode chamar de aborígene em que são inseridas as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada, são as tradições que embalaram a infância do povo, ele escutava como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou⁴⁷. Iracema está cheia de santidade e enlevo.

As árvores, o faro do bicho, o ardor de sangue e do instinto são alguns mitos primordiais que podem ser encontrados nos romances de José de Alencar, ressaltando sempre os instintos de pureza, lealdade e coragem dos nativos.

Para dar forma aos heróis, Alencar não via meio mais eficaz do que amalgamá-los à vida da natureza. É a conaturalidade que o encanta: desde as linhas do perfil até os gestos que definem o caráter, tudo emerge do mesmo incôscio e selvagem, que é a própria matriz dos valores românticos⁴⁸. Para o autor a natureza rica, vigorosa e esplêndida foram os elementos centrais para a construção do perfil do homem brasileiro, visto que o ser brasileiro foi o resultado da fusão do branco português e do índio.

Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa⁴⁹.

Para Alencar o homem era um simples comparsa dos dramas majestosos da natureza, ela é tida como a personagem principal do drama, o que pode ser evidenciado claramente no

⁴⁷ Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, 41ª ed., São Paulo: Cultrix, 1994, p.136.

⁴⁸ Idem, p. 138.

⁴⁹ José de Alencar, op. cit., p. 16.

início do livro *O guarani*, quando o autor afirma que o solar do fidalgo está fincado solidamente na paisagem natural, na qual de todos os lados os protegiam.

Nas páginas finais do *guarani* o autor descreve a fuga de Cecília e Peri pela floresta e pelo rio, momento em que desfazem-se os contornos da vida em sociedade. O homem e a natureza e, entre ambos, a natureza mais humana, a humanidade mais natural, a mulher. O homem deve livrar a mulher da morte pela mediação da natureza protetora. E só no desfecho em que a vida refluí para a selva salvadora, o romance perfaz a sua ambição uma comunidade cerrada, natural⁵⁰.

Vê-se aí o registro romântico já vinculado à procura de uma visão orgânica e global da natureza, buscando compreender sua “vida” e abalizá-la como um processo e não simplesmente como algo a ser descrito. Nessa perspectiva, a natureza é tratada como agente ativo nos romances e não como pano de fundo em uma história. A natureza foi fonte inesgotável do romance, que cresceu como gênero nos meados do século XIX e que teve no indianismo inspiração fundamental na sua face romântica no Brasil.

No romance *O guarani*, José de Alencar elaborou, na forma de romance histórico, essa origem vinculada ao indígena e ao português enfatizando a importância da natureza virgem, cenário de criação, onde se dá o encontro do selvagem e do português para o surgimento da nação e de uma nova civilização, mestiça. Entretanto a natureza que José de Alencar descreveu foi a já descrita pelos viajantes e por Caminha. O autor não tem a preocupação de recorrer e vivenciar a própria natureza para colocá-la em seus livros, o que gerou muitas críticas ao autor, entre elas a do Franklin Távora ao afirmar que Alencar tinha a pretensão de conhecer a natureza, os costumes dos povos (todas essas variadas particularidades, que só são bem apanhadas em contato com elas) sem dar um passo fora do seu gabinete. Isto o fez cair em freqüentes inexatidões⁵¹.

Mas é importante lembrar também que foi no século XIX que o documento passou a ser visto, definitivamente, como fontes para as pesquisas de caráter histórico. É recorrendo aos documentos históricos e etnográficos que Alencar escreveu seus romances.

O romance, por meio das palavras, delimita e constrói quadros da natureza, conferindo-lhes movimento e importância na trama. A intenção do autor é realçar a grandeza da natureza brasileira, mesmo nos pequenos detalhes, sua influência na formação do povo que

⁵⁰ Alfredo Bossi, op. cit., p. 192.

⁵¹ Eduardo Vieira Martins, Lugar comum: a descrição da natureza em José de Alencar. In: Gilmar Arruda; David Velázquez Torres e Graciela Zuppa (Orgs.), *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 144.

a habita e na concepção de história que dela se forma. Nesta natureza, simbólica e comparativamente “humanizada”, o homem entra como um componente menor⁵².

A natureza brasileira foi vista, durante o curso de sua história, como a principal riqueza do país, chegando a se pensar que detinha uma superioridade em relação aos outros países. No entanto, durante os governos posteriores à proclamação da república pode-se verificar que a natureza era, muitas vezes, vista como um empecilho para a modernização e para o progresso que os republicanos almejavam: “A idéia de modernização continha o desejo de eliminar os traços coloniais, extirpar elementos que pareciam característicos de uma sociedade basicamente agrária”⁵³.

Ao analisar o processo de construção da ferrovia Noroeste do Brasil, Maria Inês Malta Castro comenta que “as ferrovias, um dos símbolos mais poderosos do ideário progressista da segunda metade do século XIX, pareciam conter uma das características principais conferidas ao progresso – a capacidade de transformar o meio e de alterar as formas do relacionamento dos homens entre si e com o mundo natural”⁵⁴. Nessa perspectiva, se tivemos, na primeira metade do século XIX, uma necessidade de venerar e falar sobre a natureza como algo positivo, agora a história é outra porque a mesma natureza, tão necessária para a construção dos mitos e da identidade brasileira, tornou-se um entrave para a modernização. Idéia essa que atravessa os séculos e que, embora nuançada e mais contestada, parece tão contemporânea aos olhos de quem vive no século XXI.

3.1. O MESTIÇO BRASILEIRO

Ao olhar para o passado e procurar representar a formação do povo brasileiro, alguns acreditam que o processo foi semelhante ao que enalteceu as origens medievais para a Europa Moderna, promovendo a exaltação do índio como ancestral natural da terra e do povo brasileiro, de forma a estabelecer uma origem a partir da idealização de um passado mítico,

⁵² Márcia Regina Capelari Naxara, op. cit., p 261.

⁵³ Maria Inês Malta Castro, *O preço do progresso: a construção da estrada de ferro noroeste do Brasil (1905-1914)*. Cuiabá: UFMT, 1993. (dissertação de mestrado), p. 86.

⁵⁴ Maria Inês Malta Castro, op.cit., p. 03

em que os indígenas puros eram vinculados a uma natureza ainda virgem e unidos aos brancos portugueses, portadores da civilização⁵⁵.

Para José de Alencar o mestiço é a síntese formadora do Brasil a partir da união do indígena e do português (o branco), sendo que o último elemento foi primordial no processo civilizador. Essa representação da formação da nacionalidade brasileira e do seu povo foi um tema constante para a elaboração do projeto para a realização de uma história do Brasil. Marcado pela exclusão dos negros e pela atribuição de maior importância ao branco e ao índio. Este último, privilegiado pela possibilidade de vincular-se à origem e à elaboração de mitos e lendas de formação da nacionalidade⁵⁶.

O ser brasileiro, para Alencar, pode ser encontrado com mais nitidez em *Iracema*, no momento em que há o surgimento de uma criança oriunda de um relacionamento entre Martim (português) e Iracema (índia). Moacir fruto dessa união é considerado o autêntico ser brasileiro, porque não foi qualquer português e nem qualquer índia, mas sim pessoas guerreiras para cada etnia. Sendo assim a futura nação surge mestiça, a partir de dois elementos exemplares, tendo uma natureza grandiosa, símbolo da liberdade, como cenário.

O processo de miscigenação do qual vai resultar o homem branco brasileiro não é simplesmente uma fusão racial. Seu significado maior é dado pelo fato de que é a miscigenação que possibilitará a existência do homem brasileiro com a supremacia dos valores brancos, os quais constituirão o cerne de seu ser moral, da mesma forma que, para o indígena, ela representará a superação da condição de selvagem⁵⁷.

Outra questão importante que José de Alencar acrescenta em seu livro é que a mãe, Iracema, índia e selvagem, morreu para que o pai (branco) e o filho (mestiço) sobrevivessem. Visão que se ancora no passado a fim de explicar o presente, pois ainda que haja a idealização romântica do passado, tal visão contempla o dado real da diminuição e segregação da população indígena no século XIX. Desde essa época já se tinha como evidente que o progresso não seria para todos, pois a condução do progresso estava nas mãos dos brancos e branca era a sociedade que se desejava formar para o Brasil. Isso pressupunha inserir o indígena, sempre que possível, na comunidade dos povos civilizados, na tradição ocidental

⁵⁵ Márcia Regina Capelari Naxara, Pensando origens para o Brasil no *século XIX*: história e literatura. In: *História: questões e debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 17, n. 32, jan./jun. 2000. p. 48-49.

⁵⁶ Ver sobre o assunto: Márcia Regina Capelari Naxara, *Cientificismo e sensibilidade romântica*: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: UnB, 2004. p. 259.

⁵⁷ Nilo Odália, op.cit., p. 54.

cristã⁵⁸. Sempre que possível, pois para os índios bravios e hostis, restava a eliminação pura e simples.⁵⁹

N' *O guarani* se projeta uma imagem majestosa do ameríndio Peri. No entanto, esse índio, apesar de ser concebido como o portador da seiva original da nacionalidade, tem sua cultura em estado de ruína, pois em diversos momentos da narrativa nega a sua cultura em detrimento da cultura “branca”. José de Alencar assinalou o modo como vai sendo constituída a tradição nacional a partir da figura do índio, absolutamente degradado e destruído cultural e materialmente.

Segundo Márcia Naxara, em *O guarani*, Alencar incluiu os mestiços no romance, mas ressaltou a necessidade do mando e da autoridade do fidalgo D. Antônio de Mariz para mantê-los sob controle. Enquanto mestiços, despertavam desconfiança, eram pessoas sem lugar certo e definido, fosse junto à sociedade fosse junto à natureza. Gente de todo tipo, viviam à sombra do senhor, em grande parte desenraizados e sem vidas próprias.

Entretanto para representar o nascimento do novo e original, a parte não nobre dos indígenas, os Aimorés, foi destruída na guerra; dos fidalgos portugueses salvaram-se os filhos legítimos: D. Diogo, que continuara a estirpe e a honrar o nome de seu pai e Cecília que escolherá permanecer na natureza ao lado de Peri, único lugar em que este pode ser efetivamente livre, ele que na floresta é rei, na cidade (teba dos brancos) não passaria de um escravo⁶⁰.

No momento em que se pensava a nação, formou-se e desenvolveu-se o imaginário sobre o brasileiro (nacional), que fixou o indígena como vadio, indolente, preguiçoso e não-civilizado, dada a sua própria natureza de povo mestiço, frente ao branco de raça superior, e a forma como tal imaginário ganhou contornos de representação da nacionalidade. Representação que aproximava o povo brasileiro, ou a sua maior parte, ao atraso e à barbárie, elaborada tanto pelas elites como por visitantes estrangeiros que por aqui passaram⁶¹.

⁵⁸ Márcia Regina Capelari Naxara, *Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura*. In: *História: questões e debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 17, n. 32, jan./jun. 2000, pp. 49 e 59.

⁵⁹ A história da construção da Noroeste do Brasil, em princípios do século XX, representa um bom exemplo disso. Os caingangues, habitantes do sertão paulista, foram vistos como entraves ao “progresso” e, portanto, passíveis de serem eliminados do cenário. Cf. Maria Inês Malta Castro, op. cit.

⁶⁰ Márcia Regina Capelari Naxara, *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: UnB, 2004. p 265.

⁶¹ Márcia Regina Capelari Naxara, *Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura*. In: *História: questões e debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 17, n. 32, jan./jun. 2000, p. 59. Ver também Maria Inês Malta Castro, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX foi marcado por grandes acontecimentos mundiais, destacando-se, no Brasil, a fuga da família real para o Brasil, buscando escapar das invasões napoleônicas, e o seu retorno para Portugal, em 1822. Entretanto, nesse momento D. João VI deixa seu filho D. Pedro I à frente da administração do país e lhe entrega a incumbência da construção de uma utopia nacional, um país novo, diferente de Portugal. De Decca afirma que “sem dúvida alguma somos uma projeção de uma utopia européia, isto porque desde o princípio, o europeu acreditou ter descoberto nas terras americanas o paraíso terreal em que seria possível construir um mundo distinto daquele vividos pelos europeus. Essa fantasia européia estaria, portanto, encobrindo um mandado utópico, pelo qual passou a tomar forma a colonização americana”⁶².

Em 1822 o Brasil se emancipa de Portugal e nesse momento a nova Nação procura se diferenciar da ex-metrópole. Para isso fala exaustivamente de si, principalmente de sua natureza, ressaltando tudo que nela era exótico. Outro ponto buscado pelos brasileiros foi o afastamento das referências portuguesas e a aproximação de outras, em especial, Paris, metrópole era marcada pelo signo da modernidade.

A busca da identidade nacional é um produto do século XIX e está marcada pelo romantismo, que acabou transformando a história brasileira numa lenda de cunho familiar, na qual um mandato utópico é transmitido de pai para filho, alcançando finalmente o neto. Com o neto, constituiu uma identidade nacional pautada pela necessidade obsessiva de falar sobre si mesmo, realçando a diferença pelo exótico da natureza brasileira e a representação do nacional pelos parâmetros da modernidade européia parisiense⁶³.

Pode-se verificar que tanto na história como na literatura há, no século XIX, uma série de construções importantes, no sentido de construir um passado explicativo para o país, ou seja, uma história da formação brasileira e de suas origens. É comum encontrar nessas formulações, principalmente na literatura romântica de primeira fase, a incorporação imprescindível da natureza tropical como personagem de destaque. Homem e natureza, sociedade e natureza juntos objetivando a origem e desenvolvimento da nação.

⁶² Edgar Salvador de Decca, Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC. n. 24, 2002, p. 92.

⁶³ Edgar Salvador de Decca, op. cit., p. 94.

O romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo. Nacionalismo que partiu, sobretudo, das elites cariocas que, associadas à monarquia, esforçaram-se em chegar a uma emancipação em termos culturais. Os temas eram nacionais, mas a cultura, em vez de popular, era cada vez mais palaciana e voltada para uma mera estetização da natureza local.

Mas o projeto cultural escapava aos poucos dos circuitos restritos a essa intelectualidade e ganhava as classes médias urbanas, que viram nele uma resposta às aspirações de afirmação nacional. Se em um momento inicial o indianismo foi antes uma reforma de obscurecer a inserção da escravidão no país, aos poucos, porém, o movimento passou a exercer uma clara influência sobre setores mais amplos da sociedade⁶⁴.

Em busca da representação romântica da identidade nacional alguns autores, em especial José de Alencar, partiram diretamente do índio para a construção da lenda fundadora do Brasil, reforçando a idéia de uma origem da nação por meio da fusão entre o branco e o aborígene americano. Essa situação é retrata em *O guarani* quando o amor de um indígena por uma branca européia sela o encontro entre as duas raças para a constituição de uma terceira e, sobretudo, para o nascimento de uma nacionalidade brasileira.

É assim que, em terras de passado e nobreza recentes, Alencar recria um passado mítico com seus senhores, valentes e bondosos, e indígenas fiéis e honrados. Trata-se de um encontro entre dignidades: o cavalheiro e o selvagem.

Através dessas percepções pode-se concluir que o projeto de autonomia tão almejada pelos autores não se realizou completamente, pois todos os princípios nacionalistas que defendiam estavam, em maior ou menor grau, comprometidos com a visão européia de mundo. Os esforços demandados pelos românticos brasileiros, em especial José de Alencar, em construir uma literatura genuinamente nacional não romperam com os elos umbilicais que ligavam os românticos brasileiros à literatura européia. A identidade do romantismo e, em consequência, a identidade nacional, são dúbias, pois quiseram construí-la tendo como parâmetro os valores europeus.

Também, o fato de todos os escritores da primeira geração viverem sobre influência e patrocínio dos homens públicos compromete-os irremediavelmente com a classe dominante. Fugiram da escravidão e da pobreza, camuflaram a ferocidade das elites e a miséria das ruas, ignoraram a violência que se espalhava pelo cotidiano. Em troca, celebraram o amor poético e a natureza.

⁶⁴ Lilia Moritz Schwarcz, op. cit., p. 142.

O pensamento romântico se construiu a partir da idealização, da pesquisa e do discurso, não de fatos objetivos e concretos. Longe de problematizar a complexa formação do povo brasileiro, os autores românticos quiseram exaltar a pátria através do sentimento ufanista. O índio só era posto em destaque à medida que se pôde, a partir dele, construir símbolos cívicos. Não se questionava a dizimação de milhares de indígenas e nem era essa a intenção dos românticos. O que estava em jogo era o desejo patriótico de contribuir para a glória da nação com uma literatura nacional capaz de construir uma homogeneidade cultural num país já tão diverso como era o Brasil do século XIX. Mas essa busca pela originalidade e pelo nacionalismo, através da literatura, deu-se em estreita conjugação com as idéias e valores europeus, de que tanto os romancistas queriam se desvencilhar.

Esse desejo de construir uma identidade nacional para o Brasil foi uma necessidade para o século XIX, mas também para o século XX com a realização da semana de *Arte Moderna* em São Paulo, cujo objetivo foi mostrar para a Europa que, se o Brasil era independente politicamente, a partir da semana também passava a ser independente culturalmente. Mas, esse é um processo ainda em andamento, pois tanto no século XIX como no XX, parte de nosso desenvolvimento cultural foi feito com referências tomadas da Europa.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mirhiane Mendes de. *O índio brasileiro e a concepção romântica da natureza*. In: Gilmar Arruda, David Velázquez Torres e Graciela Zuppa (orgs.). *Natureza na América latina: apropriações e representações*. Londrina: UEL, 2001.

ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ateliê, 1999.

_____. *Iracema*. São Paulo: Ateliê, 1999.

_____. *Ubirajara*. São Paulo: Ateliê, 1999.

BOECHAT, Maria Cecília. *Paraísos artificiais: o romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41ªed. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1992.

CÂNDIDO, Antônio e CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CÂNDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso: a construção da estrada de ferro noroeste do Brasil (1905-1914)*. Cuiabá: UFMT, 1993. (dissertação de mestrado).

CARPEAUX, Otto Maria, *A literatura alemã*, São Paulo: Cultrix, 1963.

CHIAPPINI, Ligia. *Relação entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades*. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: fronteiras. SP: Humanitas/ USP; ANPUH, 1999.

COUTINHO, Afrânio (dir.) e COUTINHO, Eduardo de Feitas (co-dir.). *A literatura no Brasil – Era Romântica*. 6.ed., São Paulo: Global, 2002.

DECCA, Edgar Salvador de. Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC. n. 24, 2002.

FLORES, Moacyr (org.). *Negros e índios: história e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

GUINSBURG, J. (org). *O romantismo*, 3.ed., São Paulo: Perspectiva, 1978.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Edusp, 1971.

MARTINS, Eduardo Vieira. *Lugar comum: a descrição da natureza em José de Alencar*. In: Gilmar Arruda, David Velázquez Torres e Graciela Zuppa (orgs.). *Natureza na América latina: apropriações e representações*. Londrina: UEL, 2001.

MEIRELLES, William Reis. Natureza, identidade e imagem do Brasil. In: Gilmar Arruda, David Velázquez Torres e Graciela Zuppa (orgs.). *Natureza na América latina: apropriações e representações*. Londrina: UEL, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Brasil: formação e problema (1817-1850)*. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: história. São Paulo: SENAC, 2000.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: UnB, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura. In: *História: questões e debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v. 17, n. 32, jan./jun. 2000.

NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna*. São Paulo, Fundação Editorial da UESP, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura*. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: fronteiras. SP: Humanitas/ USP; ANPUH, 1999.

ROCHA, João César de Castro. O homem de letras (cordial). In: Mary Del Priore (org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHWARCZ, Ligia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. O choque ético dos românticos. *Nossa História*, vol. 23, n.23, setembro, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura Brasileira*. 10ªed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*, São Paulo: Companhia das Letras.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.